

FENÔMENOS LINGUÍSTICOS E FATOS DE LINGUAGEM

ANGELA MARIA GOMES
ORGANIZADORA

FENÔMENOS LINGUÍSTICOS E FATOS DE LINGUAGEM

ANGELA MARIA GOMES
ORGANIZADORA

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F339	Fenômenos linguísticos e fatos de linguagem [recurso eletrônico] / Organizadora Angela Maria Gomes. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-760-4 DOI 10.22533/at.ed.604192511 1. Educação. 2. Língua portuguesa. 3. Linguística. I. Gomes, Angela Maria. CDD 410
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Sendo a Linguística conceituada como a ciência que estuda os fatos da linguagem, entendê-la, assim como seus fenômenos, é crucial, visto que a língua, como ferramenta de comunicação, compreensão e atuação no mundo, abrange dimensões que interessam a todas as atividades humanas, ainda mais no que abrange a área da educação.

Fenômenos Linguísticos e Fatos da Linguagem apresenta reflexões perpassando a heterogeneidade social, no que abrange a variação linguística, que nem sempre é devidamente reconhecida e pode levar ao preconceito e à discriminação. Dentro dessas diversidades linguísticas, as quais representam as variações de acordo com as condições sociais, culturais, regionais e históricas em que é utilizada, aqui são analisadas desde, em pesquisas filológicas, a historiografia da linguística no Brasil, passando pela análise da língua em um único núcleo familiar até setores mais específicos como o ambiente jurídico, onde o operador do Direito tem os argumentos por ele utilizados como principal instrumento de trabalho. Falando em argumento, um recorte de uma pesquisa de mestrado apresenta como objeto de ensino da Língua Inglesa o gênero textual: “comentário argumentativo do Facebook”.

A educação está ligada a mudanças, a reorganizações, a reaprendizagens, a novos olhares. No que se refere especificamente à linguagem não é diferente. Assim, há a necessidade de se ter um novo olhar multidisciplinar também à educação inclusiva. Aqui são apresentados olhares em diferentes perspectivas: aliados a neurociências; à luz da produção linguística em Libras; numa perspectiva racial e social, associando aulas de Língua Portuguesa ao combate ao racismo estrutural imerso na sociedade, que por meio da linguagem, também gera nulidade de seus produtores e de sua construção de identidade; através de concepções de língua(gem) desenvolvidas historicamente que influenciaram a educação de surdos.

Finalmente, não há como discorrer sobre fenômenos linguísticos sem passar pela escrita. Baseando-se nas concepções de escrita que a definem como dom, como consequência e como trabalho, sendo a última proposta tanto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como pelas Diretrizes Curriculares Estaduais (DCEs) de Língua Portuguesa, aqui encontramos uma análise de qual o tipo de proposta de escrita predominante em comandos de coleções de livros didáticos para o Ensino Fundamental.

Para os estudiosos da ciência, este livro traz pesquisas que, além de contribuir significativamente para a construção do conhecimento, nos levam a refletir sobre fenômenos e fatos tão inerentes a aquilo que faz parte do cotidiano de qualquer um: a linguagem.

Angela M. Gomes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“COMENTÁRIO ARGUMENTATIVO DO FACEBOOK” COMO GÊNERO TEXTUAL	
Daniele Conde Peres Resende Eliana Merlin Deganutti de Barros Rodrigo de Souza Poletto	
DOI 10.22533/at.ed.6041925111	
CAPÍTULO 2	11
A POLÍTICA DO ARMAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL À LUZ DA ANÁLISE FILOLÓGICA NOS TEXTOS BÍBLICOS	
Renato Faria da Gama Alessandra Rocha Melo Alonso Castro Colares Junior Sandro Reis Rocha Barros Rosalee Santos Crespo Istoe	
DOI 10.22533/at.ed.6041925112	
CAPÍTULO 3	17
ANALISE DE COMANDO DE ESCRITA PRESENTES NOS LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES FINAIS	
Cássio Joaquim Gomes Elaine Aparecida dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6041925113	
CAPÍTULO 4	34
AQUISIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS DENTRO DO CONTEXTO ESCOLAR: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ESCOLAS INCLUSIVAS E BILÍNGUES	
Luiz Antonio Zancanaro Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.6041925114	
CAPÍTULO 5	46
AS DIFERENÇAS E A DIVERSIDADE DA LÍNGUA E SEUS REFLEXOS SOBRE O PRECONCEITO E A INTOLERÂNCIA	
Juliete Maganha Silva Eliana Crispim França Luquetti Shirlena Campos de Souza Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.6041925115	
CAPÍTULO 6	58
AS FONTES DO DE GESTIS MENDI DE SAA E O TRABALHO FILOLÓGICO DE ARMANDO CARDOSO	
Leonardo Kaltner	
DOI 10.22533/at.ed.6041925116	
CAPÍTULO 7	71
CONCEPÇÃO DE LINGUA(GEM) NO DECORRER HISTÓRICO E SEUS EFEITOS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL	
Rogers Rocha Lourival José Martins Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6041925117	

CAPÍTULO 8	81
DO BUROCRATÊS À POPULARIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: A SOCIOLOGIA DE PODER EXPLICANDO A LINGUAGEM CIDADÃ	
Humberto Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.6041925118	
CAPÍTULO 9	96
EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB A PERSPECTIVA DE UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR	
Cássia da França Gomes Baptista	
Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza	
Fernanda Castro Manhães	
Sebastião Duarte Dias	
Lucas Capita Quarto	
Fabio Luiz Fully Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.6041925119	
CAPÍTULO 10	105
ESTRATÉGIAS DE ESCRITA POR ALUNOS SURDOS NO CONTEXTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ESPANHOL COMO L3	
Rogers Rocha	
Lourival José Martins Filho	
DOI 10.22533/at.ed.60419251110	
CAPÍTULO 11	119
HETEROGENEIDADE DA ESCRITA NA 5ª SÉRIE: MECANISMOS DE JUNÇÃO E TRADIÇÃO DISCURSIVA EM FOCO	
Elaine Cristina Ferreira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.60419251111	
CAPÍTULO 12	131
LINGUAGEM JURÍDICA	
Adelcio Machado dos Santos	
Evelyn Scapin	
DOI 10.22533/at.ed.60419251112	
CAPÍTULO 13	147
METODOLOGIAS ATIVAS E <i>ENGLISH FOR SPECIFIC PURPOSES</i> : UMA EXPERIÊNCIA SOBRE AUTONOMIA E APRENDIZAGEM	
Rafaela Sepulveda Aleixo Lima	
Laís Teixeira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.60419251113	
CAPÍTULO 14	160
MONUMENTO SANTA CRUZ: UMA NARRATIVA DO SILÊNCIO	
Rafael Garcia Madalen Eiras	
DOI 10.22533/at.ed.60419251114	

CAPÍTULO 15	171
PISTAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A INTERAÇÃO E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CURSOS A DISTÂNCIA	
Débora Cristina Longo Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.60419251115	
CAPÍTULO 16	183
QUANDO OS FENÔMENOS FONOLÓGICOS SE ENCONTRAM - O FALAR FORTALEZENSE	
Giorgya Lima Justy de Freitas	
Patrícia Carla Oliveira Marinho Santana	
DOI 10.22533/at.ed.60419251116	
CAPÍTULO 17	189
UM OLHAR ÉTNICO-RACIAL NAS PRÁTICAS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E DISCURSIVA	
Katuscia Lucas Severino	
DOI 10.22533/at.ed.60419251117	
CAPÍTULO 18	203
A ESTABILIDADE DO USO DAS PREPOSIÇÕES A E EM LIGADAS A CIRCUNSTÂNCIAS LOCATIVAS NO PORTUGUÊS MODERNO E SEU COMPORTAMENTO NO BRASIL	
José Carlos Alves de Azeredo Júnior	
Thiago Soares de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.60419251118	
SOBRE A ORGANIZADORA	217
ÍNDICE REMISSIVO	218

AS DIFERENÇAS E A DIVERSIDADE DA LÍNGUA E SEUS REFLEXOS SOBRE O PRECONCEITO E A INTOLERÂNCIA

Juliete Maganha Silva

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro

Campos dos Goytacazes - RJ

Eliana Crispim França Luquetti

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro

Campos dos Goytacazes - RJ

Shirlena Campos de Souza Amaral

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro

Campos dos Goytacazes - RJ

RESUMO: Este estudo tem como foco as diferenças e a diversidade inerente a toda sociedade, incluindo uma abordagem linguística que trata dos preconceitos envolvidos nesse âmbito. O tema tem como pressuposto o fato de que a heterogeneidade social, sobre tudo linguística, não é devidamente reconhecida e pode levar o preconceito e a discriminação. Visto que está arraigado em nossa sociedade um sentimento de intolerância em relação às diferenças, torna-se um grande desafio transformar essa situação. Desta maneira, o objetivo geral desta pesquisa foi discutir a diferenças e a diversidade, principalmente a linguística, e como esse conceito ainda é mal compreendido gerando preconceito e discriminação. Buscou-se enfocar também

o papel da escola enquanto formadora de concepções, e sua importância para o combate ao preconceito linguístico. Discutir a valorização da língua em todos os meios possíveis, de modo especial na escola, que é vista como lugar por excelência no qual não apenas aprendemos, mas também ensinamos, trocamos e socializamos experiências linguísticas. Desta forma, é cabível ao professor, apropriar-se de referenciais teóricos que o levem a refletir sobre o valor da construção de conhecimentos linguístico e consequentemente oportunizando o aluno a aprender, com mais liberdade e disposição, os aspectos holístico da língua entendendo-a na sua cientificidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade; Língua; Escola.

THE DIFFERENCES AND DIVERSITY INHERENT IN LANGUAGE AND ITS REFLEX ON PREJUDICE AND INTOLERANCE

ABSTRACT: This study focuses on the differences and diversity inherent in every society, including a linguistic approach that addresses the prejudices involved in this theme. The theme is presuppose the fact that social heterogeneity, above all linguistic, is not properly recognized and can lead to prejudice and discrimination. Since a sense of intolerance about differences is rooted in our society, it is a major challenge to transform this situation.

Thus, the general objective of this research was to discuss differences and diversity, especially linguistics, and how this concept is still misunderstood generating prejudice and discrimination. We also sought to focus on the role of the school as a manager of conceptions, and its importance in the fight against linguistic prejudice. Discuss language appreciation in every possible way, especially at school, which is seen as the quintessential place in which we not only learn, but also teach exchange and socialize language experiences. Thus, it is appropriate for the teacher, to appropriate theoretical references that lead him to reflect on the value of the construction of linguistic knowledge and consequently enabling the student to learn, with more freedom and willingness, the holistic aspects of language, understanding it in your scientificity.

KEYWORDS: Society; Language; School.

1 | INTRODUÇÃO

A sociedade é caracterizada pela diversidade, seja em seu aspecto cultural, biológico, étnico, linguístico e religioso. É através dela que a condição humana se compõe, é nela que o conceito de humanidade se fundamenta. As noções de diferença e pluralidade podem ser compreendidas como as principais formas de denominação de diversidade. Contudo, os desafios em lidar com a diversidade pode representar um grande problema, visto que está arraigado em nossa sociedade um sentimento de intolerância em relação às diferenças. Como dito por Marques (2012, p. 105) “na marcação das diferenças, parte-se do princípio de que as diferenças são inerentes à vida; entretanto, trabalha-se ainda a partir de dicotomias do tipo normal versus anormal, superior versus inferior, capaz versus incapaz e assim por diante”.

Em se tratando das diferenças inerentes também ao que diz respeito à diversidade linguística, existe ainda uma grande luta pelo seu reconhecimento e por um tratamento que abarque a língua em toda sua completude, isto é, suas variações que são tão importantes para a formação da identidade de seus grupos de falantes como qualquer outra manifestação cultural.

A crença em um país monolíngue ainda se faz muito presente no Brasil, tanto no âmbito da educação, como no político. São muitas as línguas faladas no país, entre indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além das variedades do próprio português. Esse patrimônio cultural é desconhecido por grande parte da população brasileira, entretanto, como afirma Bagno (2015) “a ciência linguística já provou e comprovou, que todas as línguas variam, e a variação ocorre em todos os níveis estruturais, e em todos os níveis de uso social”, revelando assim a verdadeira realidade de um país linguisticamente heterogêneo.

Nesse sentido a escola, como uma formadora de opinião e o fato de a educação, ou melhor, a falta dela, está sempre relacionada às raízes dos problemas sociais, tem um papel fundamental na desconstrução dos conceitos equivocados formadores dos “pré conceitos” que geram intolerância e discriminação. Porém, a realidade escolar

pode não seguir por essa vertente da maneira mais profícua para a legitimação das diversidades inerente a qualquer sociedade. Como afirma Bourdieu (1966, p. 53), “a igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a diferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou, melhor dizendo, exigida”.

Dessa forma, este trabalho objetivou discutir a diversidade, principalmente a linguística, e como algumas questões no cerne das diferenças e da diversidade quando mal compreendidas podem contribuir para a discriminação. Buscou-se enfatizar também o papel da escola enquanto formadora de concepções, e sua importância para o combate ao preconceito linguístico.

2 | DIVERSIDADE, DIFERENÇAS E A ESCOLA

É sabido que ao se pensar em vivência democrática em sociedade é impossível não pensar também em respeito às diversidades e às diferenças que fazem parte desse ambiente. Como afirmam Silva et al. (2017, p. 43), “a igualdade e a diversidade são os componentes formadores de Justiça plena”. Entendemos, como Silva et al. (2017, p. 40), que a igualdade “implica considerar as diferenças e peculiaridades inerentes a cada indivíduo”. Assim, em meio a conflitos, o direito de ser diferente baseia-se, segundo Dicher (2013), no reconhecimento que igualdade e diversidade estão profundamente ligadas, e não podem ser dissociadas. Ser diferente faz parte da natureza dos indivíduos enquanto membros de uma sociedade formada por culturas tão diversas.

Somos todos iguais por natureza e, paradoxalmente, também somos todos diferentes, quer individualmente quer culturalmente. Os dilemas morais decorrentes do “eu” e do “outro” abrangem os temas clássicos da filosofia do direito, tais como liberdade, coerção, justiça. Nenhum destes valores é universal – daí a doutrina do relativismo cultural. Por esta razão, a doutrina do relativismo cultural veda a emissão de julgamentos morais a respeito de outras culturas, pois estes julgamentos são relativos tão somente à cultura do emitente: independente do construto mediante o qual se busca a compensação dos elementos culturais, esta compensação não é, de fato, efetivada. (LEISTER, 2013, p. 14)

As diferenças se fazem indubitavelmente presentes na sociedade, e com elas a luta para reconhecê-las e respeitá-las. Isso, porém, não é tarefa fácil já que o preconceito e a intolerância têm raízes profundas e firmadas em terrenos sólidos de nossa sociedade. Contudo, “a discriminação tem nuances e se apresenta, muitas vezes, de forma sutil e, até mesmo, velada. Isso é possível ser notado porque, em várias situações, discrimina-se a pessoa baseando-se no discurso da garantia do tratamento igualitário” (SILVA et al., 2017, p. 44).

Como Abramowicz et al. (2011) explicam, a indiferenciação entre diversidade e diferença revela diferentes noções e concepções. De forma geral, isso faz com que

desigualdades e diferenças sejam veladas por uma falsa noção de diversidade através da qual se pede tolerância, porém com o objetivo de conservar a hegemonia de determinadas hierarquias. Isso porque, “a diversidade é a palavra chave da possibilidade de ampliar o campo do capital que penetra cada vez mais em subjetividades antes intactas. Vendem-se produtos para as diferenças, é preciso neste sentido incentivá-las”. (ABRAMOWICZ et al., 2011, p. 91).

Podemos inferir que ao enxergarmos a diversidade a partir de uma micro visão, conseguimos ver as peculiaridades sociais, as características individuais formadoras do todo. Já uma visão macro se torna superficial, isto é, reconhece-se que existem disparidades, entretanto essas não são vistas como deveriam. Com isso, ao se silenciar as diferenças e exaltar a diversidade, é criada uma normatividade no sentido que

(...) esta espécie de outro onde foram colocados e excluídos os diferentes, os racializados, colocados no lugar da doença e/ou do desvio e tratados como inexistentes, incivilizados, bárbaros, estranhos são de alguma maneira recapturados por uma rede denominada diversidade, e incorporados, ou melhor, incluídos, de forma que a diferença que anunciam não faça nenhuma diferença. (ABRAMOWICZ et al., 2011, p. 93)

Todavia, como afirma Soares (2000, p. 14), “negar a existência de cultura em determinado grupo é negar a existência do próprio grupo”. Todos os grupos sociais têm cultura, isto é, todos os grupos têm sua maneira própria de se identificar, sejam através de comportamentos, valores, tradições, costumes, comuns e partilhados. Dessa forma, não se deve categorizar essas culturas de forma depreciativa. Deve-se, segundo a autora, reconhecer “que há uma diversidade de “culturas”, diferentes umas das outras, mas todas igualmente estruturadas, coerentes, complexas. Qualquer hierarquização de culturas seria cientificamente incorreta”. Ainda segundo Soares (2000), em países que sua organização se dá de forma capitalista, há uma valorização dos padrões culturais das classes dominantes. Assim,

os padrões culturais das classes dominadas são considerados como uma “subcultura” avaliada em comparação com a cultura dominante, isto é, com os padrões idealizados de cultura, que constituem a cultura dos grupos social e economicamente privilegiados. É assim que a diferença se transforma em deficiência, privação, em carência. Trata-se, na verdade, de uma atitude etnocêntrica, para a qual ser diferente das classes dominantes é ser inferior. (SOARES, 2000, p.15)

Infelizmente, essa forma discriminativa de tratar a diversidade cultural que transforma diferenças em deficiências é tomada até mesmo pela escola que ainda se fundamenta em parâmetros como esse. Como dito por Abramowicz et al. (2011), a escola se funda em uma imposição de um saber considerado “como parâmetro único de medida, de conhecimento, de aprendizagem e de formação” que, ainda segundo as autoras, servem como base para a segregação do que é diferente, classificando-os “como inferior, incivilizado, fracassado, repetente, bárbaro etc” (ABRAMOWICZ et al.,

2011, p. 94). Tudo o que for diferente desse modelo idealizado seria incorporado ao conceito de diversidade “de forma que a diferença que anunciam não faça nenhuma diferença”.

É sobre esse modelo monocultural que Candou (2008), também reitera que, sob uma política assimilacionista, todos são favorecidos a fazer parte da sociedade e a incorporarem-se à cultura hegemônica e a seus valores, conhecimentos e suas mentalidades. Na educação essa imposição também ocorre segundo a autora, e com isso “essa posição defende o projeto de construir uma cultura comum e, em nome dele, deslegitima dialetos, saberes, línguas, crenças, valores “diferentes”, pertencentes aos grupos subordinados, considerados inferiores explícita ou implicitamente” (CANDOU, 2008, p. 50).

Para Candou (2008), entre os desafios que temos que enfrentar para promover uma educação intercultural, isto é, que promova a inter-relação entre diferentes grupos culturais presentes na sociedade, está a necessidade de “promover processos de desnaturalização e explicitação da rede de estereótipos e pré-conceitos que povoam nossos imaginários sociais em relação aos diferentes grupos socioculturais” (CANDOU, 2008, p. 53). Outra necessidade é o questionamento do caráter monocultural adotado pela escola e políticas educativas, que influenciam diretamente na seleção de seus conteúdos trabalhados em sala.

Nesse sentido, discutiremos a seguir, ao tratarmos das questões que concernem à perspectiva linguística proposta por esse trabalho, o preconceito linguístico. Considerando que seu combate é uma contribuição importante para a valorização da diversidade e o respeito às diferenças.

3 | A ORIGEM DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO E A INTOLERÂNCIA

A luta contra diversas formas de preconceitos arraigados em nossa sociedade está se tornando cada vez mais presente, almejando o fim da intolerância à diversidade. Essa luta, porém, ainda não ganhou tanta ênfase no campo linguístico como deveria. O dicionário Aurélio (2009) apresenta como definição de preconceito, além de “(...) intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões, etc”, também a de “conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; ideia preconcebida. Julgamento ou opinião formada sem levar em conta o fato que os conteste (...)”. Na língua esse conceito também se aplica, pois mesmo fazendo parte da vida em sociedade, de forma tão substancial, mediando as relações entre seus membros, o desconhecimento acerca da linguagem humana é grande. Como afirma Lucchesi,

o processo de aquisição e uso da língua materna, na oralidade, se dá de forma tão natural que as pessoas não conseguem se dar conta de sua imensa complexidade nem perceber o fascinante sistema mental que usam para transformar pensamento em frases. Como as pessoas falam sem se dar conta da complexidade estrutural subjacente à produção dos enunciados, menosprezam o conhecimento mobilizado

A língua tem um caráter social, ela faz parte da cultura e da identidade de seu povo. É no meio social que a realidade linguística está presente, e onde ocorre a variação linguística, isto é, “a língua em seu estado permanente de transformação, de fluidez, de instabilidade” (BAGNO, 2007, 38). Esse conflito de culturas, proporcionou a miscigenação e as variedades do falar do povo. Assim podemos constatar que a cultura é diversificada e a língua é, em suma, reflexo disso tudo.

Apesar de muitos acreditarem na homogeneidade da língua portuguesa, é notável o quanto ela é diversificada, e isso é reflexo da heterogeneidade social. As comunidades de fala apresentam muitas variáveis dentre seus falantes: região geográfica, grupos sociais de interação, sexo, nível de escolaridade, renda, entre tantas outras, que ainda podem se construir em diferentes combinações originando inúmeras variedades linguísticas, que são, de acordo com Bagno (2007), os muitos “modos de falar” de uma língua. A premissa de uma língua “comum” é construída no imaginário social envolvendo fatores históricos, políticos e socioculturais, logo idealiza-se uma unidade que não existe (FARACO, 2017, p. 29). Essa ideia deveria ser desconstruída pelo fato de que no Brasil

(...) são faladas mais de dezenas de línguas diferentes, entre línguas indígenas, línguas trazidas pelos imigrantes europeus e asiáticos, línguas surgidas das situações de contato nas extensas zonas fronteiriças com os países vizinhos, além de falarem diversas línguas africanas trazidas pelas vítimas do sistema escravista (BAGNO 2015, p. 26-27).

Assim, ao contrário da concepção da norma-padrão, a heterogeneidade linguística é inerente em qualquer comunidade de fala. Tal como aponta Faraco (2017, p. 31) “nenhuma língua é homogênea e uniforme; todas as línguas são heterogêneas e multiformes”, o autor reitera que esse fato está ligado com a diversidade seja das experiências históricas, seja das atividades sociais e culturais dos que se reconhecem como seus falantes. Dessa forma, a variação linguística, que segundo Lucchesi (2015, p. 14) a ciência da linguagem denomina como a capacidade de qualquer língua humana viva admitir formas diferentes de dizer a mesma coisa, deve ser encarada como algo natural. Os usuários de uma língua são seres humanos diversificados e instáveis, nada mais inevitável que essa língua acompanhe essas transformações.

Todavia, para Camacho (2013), o rompimento das premissas onde se apoiam o verdadeiro princípio da cientificidade da linguística leva a posições impressionistas e preconceituosas sobre a natureza de certas variedades e sobre suas adequações como legítimos sistemas de comunicação.

A origem dos equívocos a respeito das concepções de língua e linguagem, segundo Bagno (2000, p. 17), se dão pela ideologia pregada pela Gramática Tradicional, ao tirá-la de seu verdadeiro lugar “o da reflexão filosófica, o de ferramenta

de investigação dos processos cognitivos que permitem ao ser humano fazer uso da linguagem” e impondo-a “o papel de doutrina canônica, de conjunto de dogmas irrefutáveis, de verdades eternas”. Mesmo os estudos sociolinguísticos mostrando que a realidade linguística do país é bem diferente e que toda língua é essencialmente heterogênea e multiforme, esses pressupostos ainda continuam muito presentes em nossa sociedade. Segundo o autor, as gramáticas normativas brasileiras, imbuídas dessas distorções ideológicas, ainda se mantêm na ideia “da língua única”, e exaltam o uso da variedade empregada pelas “pessoas cultas”, a qual deveria ser utilizada por todos. Conseqüentemente,

(...) nasce o preconceito de que toda e qualquer variedade diferente dessa é “feia”, “estropiada”, “corrompida” e não é raro escutar que “isso não é português”. Cria-se assim uma entidade abstrata chamada “Língua Portuguesa”, cuja definição e descrição - tal como dadas nas GN - não encontram comprovação empírica na realidade histórico-social. (BAGNO, 2000, p. 26)

É a partir da crença dos gramáticos tradicionalistas, de serem capazes de impedir a mudança da língua, insistindo em descrições ultrapassadas que por eles são tidas como ideal, que se fomenta a perpetuação desse tipo de intolerância. A repetição insistente “dos bordões que denunciam e deploram a “decadência” da língua é que gera, nutre e sustenta o preconceito lingüístico” (BAGNO, 2000, p. 41).

Mesmo que do ponto de vista linguístico as diferenças não atrapalhem o entendimento entre os falantes, não chegando aos aspectos centrais da estrutura gramática, essas poucas diferenças, como nos diz Lucchesi (2015, p. 21), “são mais do que suficientes para que se erga uma barreira social cruel e implacável, que discrimina e exclui aqueles que dizem “é craro que nós quer participar”, repudiando qualquer foro de cidadania à fala popular”.

Os rótulos negativos dados às variedades linguísticas de falantes oriundos de classes sociais mais baixas, marginalizados, e/ou menos letrados acentuam a hierarquização social, legitimando o poder das classes dominantes. Dessa forma, “os fatores sociais atuam como um importante mecanismo de reforço e sedimentação dos mitos, estereótipos, dogmas e preconceitos que plasmam a visão hegemônica de língua na sociedade” (LUCCHESI, 2015, p. 18). Como dito anteriormente, apesar das diferenças entre a norma culta e a norma popular serem pequenas, já é o suficiente para gerar estigmas. E o preconceito surge disso, de uma atitude negativa diante de alguma manifestação linguística.

O preconceito lingüístico caracteriza-se pela hipervalorização dos traços distintivos mínimos que indicam a diferença. Como todo preconceito, ele tem de proceder assim para cumprir seu papel na manutenção da ideologia dominante. A diferença da cor da pele, por exemplo, embora única, é suficiente para gerar a segregação racial, a despeito de negros e brancos compartilharem todas as demais características físicas e psicológicas que constituem um ser humano. [...] Mas são justamente essas diferenças - apesar de um número menor que as semelhanças

- que atraem sobre quem as traz em sua variedade lingüística o estigma do “falar errado”. (BAGNO 2000, p. 269)

Assim, toda essa ideologia disseminada de que se reveste o preconceito, se firma através dos muitos mitos. Todavia, no dicionário Aurélio (2009) encontramos algumas das definições de mito como “ideia falsa, sem correspondente na realidade”, “coisa inacreditável, fantasiosa, irreal, utopia”. Mais precisamente os mitos lingüísticos, como diz Bagno:

(...) são provérbios, chavões repetidos à exaustão, tornados pura mentalinguagem. E como todo provérbio, afloram no discurso cotidiano como verdades naturais, como cápsulas de uma sabedoria compartilhada de que todos podem haurir livremente. O mito, fundamentalmente acrítico, é a ideologia sintetizada em pequenas falas. Despolitizado, des-historicizado, desdialetoizado, o mito é um estranho fóssil vivo. (p. 47-48)

Sendo o preconceito lingüístico ligado em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática (Bagno, 2000, p. 9), e a escola como principal propulsora das concepções em torno da língua, cabe abordar alguns aspectos no que toca seu papel enquanto instituição de ensino.

4 | A DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO ÂMBITO ESCOLAR

Como afirma Bourdieu (1998, p. 36), “o sistema de ensino, cuja ação se amplia e se intensifica no decorrer do século XIX, sem dúvida contribui diretamente quer para a desvalorização dos modos de expressão populares (...), quer para a imposição do reconhecimento da língua legítima”. Nesse sentido, podemos observar a importância da escola rever conceitos que mudem certos paradigmas que fazem parte de sua história.

Apesar do grande desenvolvimento atingido pelos estudos lingüísticos, e sua exploração não ter tido grandes avanços no planejamento das políticas de ação na escola, os Parâmetros curriculares nacionais diz que:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em Língua Portuguesa está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade lingüística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades lingüísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. Não existem, portanto, variedades fixas: em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades lingüística, geralmente associadas a diferentes valores sociais. (BRASIL, 1998, p. 29)

A Base Nacional Comum Curricular reafirma:

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. (BRASIL, 2017, p. 79)

Como podemos notar a diversidade linguística já é reconhecida há algum tempo pelas instituições oficiais de educação do Brasil. Os PCNs e agora a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) explicitam a importância de se trabalhar a variedade linguística no meio escolar, principalmente no ensino de língua portuguesa, e direcionam as práticas pedagógicas nesse sentido.

Como afirmam Faraco e Zilles (2017), a variação linguística precisa estar sempre presente no ensino da língua, porque é intrínseca a ela, porque, entre outros motivos, “constitui nossas identidades e caracteriza as ações que realizamos nas interações sociais” (FARACO; ZILLES, 2017, p. 175). A escola como propulsora de concepções que é, é também um sistema destinado à reprodução social e cultural, por ser ela diretamente vinculada as atribuições de valores sociais a variáveis linguísticas, pode ela também, a partir de um caráter homogeneizador, anular as diferenças da verdadeira dinâmica própria dos sistemas sociais. Todavia,

(...) apesar de seu caráter dominante, essa ideologia é incapaz de unificar a competência linguística de todos os grupos sociais e, desse modo, a linguagem acaba sendo o espaço privilegiado do processo sempre renovado de valores sociais em oposição. (CAMACHO, 2013, p. 85)

Considerando seu comprometimento com a melhoria da aprendizagem, a escola deve se posicionar de forma democrática e inclusiva ampliando o conhecimento do aluno sem menosprezar sua bagagem cultural. E sendo um lugar onde as concepções de linguagem são passadas aos alunos, pode ela contribuir para a manutenção do preconceito linguístico, ou para seu esclarecimento. Mas, como diz Bagno:

(...) o preconceito, como bem sabemos, impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo. É necessário um trabalho lento, contínuo e profundo de conscientização para que se comece a desmascarar os mecanismos perversos que compõem a mitologia do preconceito linguístico. (BAGNO, 2000, p. 75)

Apesar de ser um processo lento e trabalhoso, as distinções preconceituosas feitas entre as práticas de uso da língua com toda sua variação precisam ser eliminadas, e requer comprometimento, repensar as práticas escolares se faz necessário. Tal como aponta os PCNs:

o problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico. (BRASIL, 1997, p. 26)

O que os PCNs, trazem de eixo organizadores segue a premissa da língua como forma de interação, considerando importante que “o indivíduo possa expandir sua capacidade de uso da língua e adquirir outras que não possui em situações lingüisticamente significativas, situações de uso de fato” (BRASIL, 1997, p. 35).

Assim, o ensino transmitido pela escola consoante aos eixos organizadores propostos pelos PCNs, se mostra como um meio muito eficaz para o combate ao preconceito linguístico e também a desmistificação de ideias equivocadas sobre, principalmente, a língua portuguesa. O professor deve se pautar sobre esses parâmetros e nos estudos sociolinguísticos, para levar seus alunos a uma reflexão sobre o uso da língua, para que assim conhecendo os verdadeiros mecanismos da língua e refletindo sobre eles, novos posicionamentos possam surgir na sociedade como um todo, dentro e fora da escola.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora seja um grande desafio promover a diversidade em todos os âmbitos sociais, procuramos mostrar neste trabalho que a língua como espelho da diferenças e diversidade refletir além do preconceito e discriminação, o modelos de vida, cultura, maneira de pensar e agir, as normas e os valores da sociedade. Um reconhecimento respeitoso das múltiplas facetas que compõem a identidade de qualquer povo é um passo importante rumo à igualdade.

Não devemos acreditar que alguma variedade da língua seja de forma inerente melhor ou mais bonita que outra. Devemos rejeitar qualquer forma de preconceito, inclusive o linguístico, abrindo espaço para debates que busquem esclarecer contradições enganosas que fazem com que os usuários de determinadas variedades linguísticas considerem-se e sejam considerados inferiorizados e incapazes de participar de forma plena de todos os âmbitos sociais. Já que, enquanto cidadão, ele é membro de uma sociedade multicultural, formada por diferentes costumes, tradições, valores, comportamentos e tudo que é fundamental para a formação da identidade de seus grupos.

Nesse contexto, a escola tem papel fundamental, visto que apesar de suas

diretrizes indicarem um caminho que abarque a diversidade linguística em suas estratégias de ensino, a realidade pode não seguir por esse viés, principalmente se ela seguir a tradicional Gramática Tradicional. Nesse sentido, o professor deve estar sempre em busca de conhecimento e ferramentas que respaldem seu trabalho da melhor forma possível, buscando valorizar toda diversidade linguística e contribuindo para o combate a preconceitos tão profundamente existentes na sociedade.

Espera-se que esta proposta de abordagem vá ao encontro ao que foi proposto ao longo do corpo do trabalho e, que sirva de suporte para professores que exercem seu ministério em sala de aula e, sobretudo, aos futuros professores a tornar suas aulas de língua portuguesa mais dinâmica, prazerosa e agradáveis aos alunos que a frequentem.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. **A diferença e a diversidade na educação**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 2. p. 85-97.

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social**. Edições Loyola, São Paulo, 2000.

_____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. **Preconceito linguístico**. 56ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental: **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental: **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>> Acesso em: 24 de agosto de 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. – São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. “**L'école conservatrice. Les inégalités devant l'école et La culture**”, publicado originalmente in **Revue française de sociologie**, Paris, 7 (3), 1966, p. 325-347. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. Tradução: Aparecida Joly Gouveia. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo : Parábola, 2013.

CANDOU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37, 2008.

DICHER, Marilu; LEISTER, Margareth. **Multiculturalismo emancipatório, igualdade e tolerância**. Revista Mestrado em Direito, Osasco: Edifício, n. 1, 2013.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

GERALDI, João Wanderley. **Concepções de linguagem e ensino de português**. In: GERALDI, João Wanderley (org.). *O texto na sala de aula*. 4.ed. - São Paulo: Ática, 2006.

LEISTER, Margareth. **Aculturação e identidade cultural: uma revisão do direito internacional dos direitos humanos**. *Derecho y cambio social*, Santiago, v. 31. 2013, p. 14.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MARQUES, Luciana Pacheco. **Cotidiano escolar e diferenças**. *Educ. foco*, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p. 101-117, mar. / jun. 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 56.

SILVA, Luzia Batista de Oliveira; GUIMARÃES, Maria de Fátima; MORETTI, Vanessa Cristina. **Princípios da igualdade e desigualdade, da diferença e diversidade, gênero, corpo, violência: olhares sobre a educação**. *Revista Travessias*, 2017, 29ª Ed., v. 11, n. 1, p. 39-58.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração pública 81, 82, 88, 90, 91
Aquisição da escrita 119, 127, 130
Aquisição de língua de sinais 34
Armamento 11, 15

B

Bíblia Sagrada 11, 12
Brecha informacional 81, 82, 84

C

Cinema 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169
Comandos de escrita 17, 18, 22, 23, 31
Comunicação 3, 5, 13, 19, 22, 24, 35, 36, 37, 42, 43, 51, 71, 74, 76, 78, 79, 83, 85, 89, 102, 105, 106, 107, 108, 114, 115, 116, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 145, 149, 152, 162, 173, 176, 179, 190, 191, 200, 210, 217
Concepção de lingua(gem) 71, 78, 79, 192

D

Democracia 81, 82, 84, 85, 87, 90, 92, 131, 192, 193

E

Educação 9, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 54, 55, 56, 57, 60, 71, 77, 78, 79, 80, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 105, 106, 117, 131, 147, 148, 149, 151, 153, 158, 159, 182, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 200, 201, 202, 217
Educação bilíngue 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 45, 78, 79, 106
Educação inclusiva 34, 35, 37, 39, 41, 42, 96, 97
Ensino 1, 2, 3, 9, 10, 17, 18, 19, 21, 23, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 42, 43, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 70, 71, 73, 77, 78, 80, 97, 98, 100, 102, 104, 105, 106, 107, 109, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 129, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 157, 158, 159, 168, 171, 172, 173, 176, 180, 181, 182, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 217
Ensino a distância 171, 182
Ensino de língua 54, 77, 80, 118, 171, 182, 189, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202
Ensino fundamental 17, 18, 23, 32, 33, 42, 56, 80, 100, 104, 106, 119, 121, 122, 125, 129
Ensino híbrido 147, 148, 149, 150, 159
Equipe multidisciplinar 96, 98, 99, 102
Escola 10, 17, 19, 20, 22, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 57, 80, 98, 99, 101, 102, 103, 118, 119, 120, 121, 122, 128, 147, 148, 149, 152, 153, 158, 182, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 201, 202
Espanhol 66, 105, 106, 110, 111, 115, 116, 117, 205
Estímulos 96, 97, 98, 101, 134

Estratégia de Comunicação 105

Estudos anchietanos 58

F

Fenômenos fonéticos 183, 184

G

Gêneros textuais 1, 2, 10, 17, 107, 115, 154, 189, 201, 202

H

História 15, 24, 25, 39, 53, 62, 63, 70, 77, 78, 79, 110, 126, 130, 142, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 186, 188, 192, 193, 194, 196, 197, 201, 215, 216

Historiografia da linguística 58, 59

I

Identidade 37, 40, 47, 51, 55, 57, 78, 87, 120, 161, 176, 183, 184, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 198, 199, 200

Inclusão 4, 12, 15, 43, 44, 78, 84, 85, 86, 87, 96, 103, 106, 116, 158

Interação 3, 19, 22, 23, 32, 38, 40, 41, 42, 43, 51, 55, 71, 76, 77, 78, 79, 80, 87, 92, 120, 133, 134, 137, 150, 151, 153, 157, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 190, 191, 197

L

Lei 14, 41, 44, 79, 80, 88, 106, 131, 139, 140, 143, 146, 193, 194, 201, 202, 203

Língua 1, 2, 9, 12, 13, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 62, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 128, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 159, 171, 175, 176, 182, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Língua de sinais 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 71, 76, 80, 117, 118

Linguagem cidadã 81, 82, 84, 91

Linguística 7, 11, 15, 35, 36, 37, 40, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 89, 92, 93, 108, 110, 117, 118, 119, 122, 126, 128, 129, 130, 158, 173, 174, 178, 182, 190, 194, 199, 200, 201, 203, 204, 211, 216

Linguística histórica 130, 203, 204, 216

Livros didáticos 17, 18, 31, 195, 198

M

Mecanismos de junção 119

Metaplasmos 183, 187, 188

Metodologias ativas 147, 148, 149, 150, 152, 157, 158, 159

Motivação 20, 26, 30, 31, 32, 96, 97, 100, 102, 104, 129, 157

Mudança linguística 54, 130, 203

N

Narrativa 25, 39, 61, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 198, 199

P

Pistas de contextualização 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 181, 182

Política 11, 21, 35, 36, 41, 42, 45, 50, 60, 62, 65, 71, 72, 79, 82, 85, 93, 117, 165, 166, 198, 200, 215

Português moderno 203, 204, 206, 211, 213, 214, 215

Preposição 203, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 212, 213, 214

Processos 40, 44, 50, 52, 62, 83, 85, 100, 102, 103, 130, 133, 136, 149, 150, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 191, 194, 197

Produção discursiva 189, 192, 198

R

Relações étnico-raciais 189, 194, 200, 201, 202

S

Santa Cruz 63, 66, 160, 162, 164, 165, 169

Sequência didática 1, 147, 152, 153, 158

Sociedade 11, 13, 16, 20, 37, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 52, 55, 56, 57, 61, 62, 68, 69, 72, 73, 76, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 93, 116, 131, 134, 144, 148, 149, 150, 152, 153, 161, 163, 164, 166, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200

Surdo 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 118

T

Tradição discursiva 119, 126, 130

Tradução intralinguística 81, 82

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-760-4



9 788572 477604